

2 - A ABORDAGEM SISTÊMICA E A TEORIA GLOBALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: APLICAÇÃO PRÁTICA EM EMPRESA TRANSNACIONAL NA FRANÇA E NO BRASIL

Autores: Carla A. Arena Ventura, Melissa Franchini Cavalcanti, Verônica Angélica Freitas de Paula, Dante Pinheiro Martinelli

Instituição: FEA-USP-RP - melissa.cavalcanti@bol.com.br

Resumo: Este artigo tem o objetivo de introduzir conceitos de Abordagem Sistêmica aplicados ao sistema internacional. Inicialmente será descrita a visão sistêmica sob o prisma da Teoria Geral de Sistemas, para posteriormente conceituar o sistema internacional, bem como a Teoria Globalista das Relações Internacionais. Através da Teoria Geral de Sistemas será analisado o contexto internacional pela perspectiva da Teoria Globalista das Relações Internacionais, utilizando o exemplo prático de uma empresa transnacional que atua em realidades distintas como França, um país desenvolvido, e Brasil, um país em desenvolvimento.

Área Temática: Estratégias Internacionais de empresas brasileiras ou francesas

- Oportunidades para empresas francesas e brasileiras

Palavras-chave: Abordagem Sistêmica, Teoria Geral de Sistemas, Relações Internacionais, Teoria Globalista, Empresa Transnacional.

Título: A Abordagem Sistêmica e a Teoria Globalista das Relações Internacionais: Aplicação Prática em Empresa Transnacional na França e no Brasil

Resumo: Este artigo tem o objetivo de introduzir conceitos de Abordagem Sistêmica aplicados ao sistema internacional. Inicialmente será descrita a visão sistêmica sob o prisma da Teoria Geral de Sistemas, para posteriormente conceituar o sistema internacional, bem como a Teoria Globalista das Relações Internacionais. Através da Teoria Geral de Sistemas será analisado o contexto internacional pela perspectiva da Teoria Globalista das Relações Internacionais, utilizando o exemplo prático de uma empresa transnacional que atua em realidades distintas como França, um país desenvolvido, e Brasil, um país em desenvolvimento.

Área Temática: Estratégias Internacionais de empresas brasileiras ou francesas

- Oportunidades para empresas francesas e brasileiras

Palavras-chave: Abordagem Sistêmica, Teoria Geral de Sistemas, Relações Internacionais, Teoria Globalista, Empresa Transnacional.

Introdução

A expressão Relações Internacionais indica, em termos genéricos, o complexo das relações entre os Estados e outros entes internacionais, implicando na distinção da esfera específica das Relações Internacionais da esfera das relações internas dos Estados. Tal distinção está associada à idéia de que existem importantes elementos de diferença entre as relações internas e as Relações Internacionais. No contexto interno, os atores seriam os indivíduos e os sujeitos não estatais, como os partidos, os sindicatos, as empresas, e outros, enquanto no contexto internacional, os atores seriam os Estados e os organismos de índole internacional que também possuem um papel importante no cenário internacional.

“Desde o final da Segunda Guerra Mundial, cientistas políticos e historiadores, em número crescente, dedicam-se mais atentamente ao estudo das relações internacionais. Os dois grupos investigam o mesmo objeto com as mesmas finalidades: estabelecer a compreensão, talvez a explicação, buscando influir direta ou indiretamente sobre a tomada de decisões e, dessa forma, sobre o curso dos acontecimentos”. (CERVO, 1994, p.9)

As transformações radicais na vida internacional, nos anos 80 e 90, trouxeram apreensão aos estudiosos com relação aos temas atinentes às continuidades e rupturas na ordem global. Nesse contexto, a derrocada da ordem da Guerra Fria, o desmoronamento da União Soviética, a universalização dos valores liberais associados à formação da globalização geraram forte tensão analítica nos estudos das relações internacionais com crises de paradigmas e proposições de novos enfoques, buscando o sentido do novo mundo que se cria.

O tradicional capítulo da ciência política voltado para os fenômenos internacionais passou a assistir a momentos de redefinição. Grande parte das teorias e modelos adotados na construção do conhecimento da vida internacional do período da Guerra Fria perderam consistência explicativa na passagem do milênio, explicando o reducionismo das análises que, diante da destruição da ordem internacional da Guerra Fria, passaram a supor que o contexto internacional do presente fosse uma nova forma acabada de sistema internacional.

“A teoria, para essas análises, estaria resolvida na afirmação de que dominadas pelos fenômenos da globalização econômico-financeira e pela integração liberalizadora dos mercados, as relações internacionais teriam encontrado seu novo modelo sistêmico. A fácil solução adotada, que concomitantemente decretou o fim das possibilidades soberanas do Estado-nação no final do século XX, veio agravar ainda mais a ausência de instrumentos analíticos consistentes para a compreensão das relações internacionais.” (SARAIVA, 2001, p. 16 e 17)

Uma outra trajetória científica no âmbito das relações internacionais foi empreendida pelos historiadores das relações internacionais e por alguns cientistas políticos insatisfeitos com os próprios padrões de análise do mundo contemporâneo da era pós-bipolar. Seus problemas, métodos e resultados têm chegado a explicações mais satisfatórias, não só para a evolução dos sistemas internacionais ao longo dos dois últimos séculos, como também para os desafios da interpretação do presente. Procurando abordar o “curso subterrâneo” da análise interdisciplinar que integra a história à tradição teórica das relações internacionais, esses estudiosos têm promovido verdadeira revolução acerca das relações entre povos, Estados e culturas. As relações internacionais têm componentes históricos que devem ser localizados na antropologia e na psicologia, nas imagens e conceitos que se produzem acerca do estrangeiro, na forma como os agrupamentos humanos se organizam em comunidades, Estados e associações supranacionais.

Considerando a importância do estudo das relações internacionais, o presente trabalho objetiva analisar o sistema internacional com base na Teoria Globalista que visualiza o contexto global no qual os Estados e outras entidades interagem, a partir de uma abordagem da Teoria Geral dos Sistemas.

Nesse sentido, inicialmente será realizada uma revisão bibliográfica do conceito de sistema e da teoria dos sistemas, enfatizando-se a relevância do enfoque sistêmico no estudo das organizações. Posteriormente, serão apresentadas as imagens das Relações Internacionais segundo a Teoria Globalista, com o intuito de elucidar o conceito de sistema internacional conforme a teoria.

A partir da análise teórica, será apresentado um exemplo prático da utilização do enfoque sistêmico na Teoria Globalista das Relações Internacionais, com o objetivo de verificar a adequação da utilização da abordagem sistêmica no estudo das Relações Internacionais, além de estudar dois contextos distintos, como França e Brasil.

Este artigo baseia-se na metodologia de um estudo formulador ou exploratório:

"Muitos estudos exploratórios têm como objetivo a formulação de um problema para investigação mais exata ou para a criação de hipóteses. No entanto, um estudo exploratório pode ter outras funções: aumentar o conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno que deseja investigar em estudo posterior, mais estruturado, ou da situação em que pretende realizar tal estudo; o esclarecimento de conceitos; o estabelecimento de prioridades para futuras pesquisas; a obtenção de informação sobre possibilidades práticas de realização de pesquisas em situações de vida real; apresentação de um recenseamento de problemas considerados urgentes por pessoas que trabalham em determinado campo de relações sociais" (SELLTIZ ET ALII, 1967, p.60).

Ainda segundo Selltiz et alli (1967, p.59), o foco deste tipo de estudo é a descoberta de idéias e intuições,

familiarizar-se com o fenômeno ou conseguir nova compreensão deste, freqüentemente para poder formular um problema mais preciso de pesquisa ou criar novas hipóteses. (...) o planejamento de pesquisa precisa ser suficientemente flexível, de modo a permitir a consideração de muitos aspectos diferentes de um fenômeno.

São os estudos bibliográficos e documentais que embasarão a análise das Teorias das Relações Internacionais.

Em suma, não se pode deixar de mencionar o caráter desafiador e inédito deste trabalho, que busca contribuir para a evolução das teorias das relações internacionais, uma disciplina caracterizada pela complexidade.

1. Visão Sistêmica

1.1. A Abordagem Sistêmica

Vive-se em um mundo de organização da complexidade. Complexidade esta que pode ser definida como o número de elementos do sistema, seus atributos, interações e o grau de organização inerente ao sistema. A complexidade e o inter-relacionamento são o ponto em comum, isto porque cada sistema é um pouco complexo, com muitos elementos interagindo, todos organizados para atingir determinados objetivos.

Os sistemas podem ser naturais, como organismos vivos, ou elaborados, como as organizações sociais. Podem desenvolver-se como fazem as burocracias governamentais ou morrer. Existem sistemas públicos, como governos federais e estaduais, e sistemas privados, como negócios gerenciados pelas próprias famílias. Existem sistemas que operam isoladamente, como uma classe

escolar, e sistemas que se integram e transcendem diversos domínios, como o sistema de transporte, de água, educacional, judicial, econômico, político e internacional.

A efetiva resolução de problemas implica em um extenso olhar para o todo, ao invés de uma análise particularizada das partes. Essa visão do todo é conceituada como visão sistêmica ou abordagem sistêmica, sendo uma alternativa a metodologia analítica empregada em problemas simples, pois com o aumento da complexidade nos projetos e nos sistemas em geral, tornou-se impossível a solução de problemas isolados.

Assim, a abordagem sistêmica se contrapõe ao método analítico, marcado pela análise dos elementos constituídos ou componentes, analisando o todo em pequenas partes, para melhor entender seu funcionamento.

Para entender a abordagem sistêmica, existem várias estruturas especializadas discutidas na literatura. Dentre as mais populares está a Teoria Geral de Sistemas (TGS) e outras teorias especializadas, como a cibernética, análise sistêmica, engenharia de sistemas, etc.

Antes, porém, de tratar da TGS é necessário compreender a abordagem sistêmica, que considera impossível solução de problemas através de análises isoladas. A abordagem sistêmica analisa a complexidade enfatizando o todo, em que um ou vários ambientes estão interagindo com o sistema. As metas devem ser de mudança e aprendizado, pois o sistema é adaptativo buscando novo equilíbrio.

1.2. O Conceito de Sistemas

O conceito de sistemas foi emprestado das ciências exatas pelos cientistas sociais, especialmente da física. Os sistemas podem ser definidos em termos precisos como uma equação matemática que descreve alguns relacionamentos entre variáveis. Existem, contudo, diversas definições de sistemas que variam conforme os interesses, a formação e a especialização do autor, dentre elas destacam-se:

"Sistema é o **conjunto** de **objetos** com **relações** entre os objetos e os **atributos** relacionados com cada um deles e com o **ambiente**, de maneira a formar um **todo**" (em SCHODERBEK, SCHODERBEK, KEFALAS, 1990,p.13)

Os objetos são os elementos do sistema. Sob o ponto de vista estático são as partes do sistema e sob o ponto de vista funcional são as funções básicas desempenhadas pelas partes do sistema. Existem três tipos de partes: as entradas (*inputs*) que são a força inicial, dando ao sistema as necessidades operacionais, os processos que transformam as entradas em saídas e as saídas (*outputs*) que são os resultados das operações do processo, ou alternativamente o porque da existência do sistema.

Os relacionamentos são as fronteiras que ligam os objetos. E os atributos são as propriedades (características) tanto dos objetos como dos relacionamentos. Elas manifestam o modo como algo é conhecido, observado ou introduzido no processo.

O ambiente é o que está fora do sistema, contudo não inclui apenas o que está fora do controle, pois pode determinar o desempenho do sistema. O ambiente externo foi estabelecido, fixado e nada tem a ver com o sistema em si, mas o ambiente interno tem significativa influência no desempenho do sistema.

O conceito de todo é diferente do conceito da soma das partes, porque quando as partes estão agregadas e formando o todo, torna-se uma estrutura independente com papel distinto das partes.

1.3. A Teoria Geral dos Sistemas

A teoria geral dos sistemas (TGS) foi formulada por uma equipe multidisciplinar de cientistas com interesses comuns, em que o principal motivador foi Ludwig von Bertalanffy, ainda nos anos 30. Baseado no conceito de Aristóteles ("O todo é maior do que a soma das partes"), afirmava que todo indivíduo é direcionado à consecução de metas e para entender o comportamento de um organismo faz-se necessário vê-lo como um todo, com sua tendência aos objetivos, com sua organização de partes interligadas e em interação.

Mais que uma metodologia, a TGS é um esqueleto, um modelo de análise do mundo empírico, um modelo de como analisar fenômenos complexos enquanto sistemas, um todo com

partes interrelacionadas.

Para qualquer teórico de sistemas, há postulados, pressupostos ou julgamentos de valor, a serem considerados, respeitados e seguidos. Segundo os postulados, deve-se preferir a ordem e a regularidade em detrimento do caos, pois, assim como as leis e as regras, a regularidade faz o mundo melhor. São desejadas, inclusive, leis sobre as leis. Para se conseguir ordem é preciso privilegiar a quantificação e a matemática. E, finalmente, para se buscar a ordem, deve-se ter referências empíricas.

2. O Sistema Internacional

O conceito de sistema pode ser utilizado nas ciências sociais. Assim, o ambiente internacional pode ser denominado sistema internacional.

A perspectiva sistêmica vislumbra a comunidade internacional pela ótica macro-estrutural. Atribui às grandes estruturas do sistema internacional a qualidade de variáveis independentes essenciais, explicativas do tipo de relações que se desenrolam entre as unidades constitutivas do sistema. Dessa forma, a multipolaridade ou a bipolaridade definem o tipo de comportamento dos Estados e a maior ou menor estabilidade do sistema internacional, dependendo de sua estrutura de base. A aplicação da análise sistêmica às relações internacionais permite ver a comunidade mundial como um todo (sistema), constituído por diversos elementos (subsistemas) ou dimensões e forças variadas. A comunidade internacional é, portanto, identificada como um sistema global constituído por subsistemas regionais, que por sua vez integram outros subsistemas (os Estados). É a inter-relação dos diversos subsistemas que caracteriza e tipifica o sistema internacional.

A primeira análise sistêmica do domínio internacional foi realizada por Norton Kaplan, que distinguiu tipos de sistemas internacionais:

- Sistema de Balança de Poder, traduzindo, através da linguagem sistêmica, o equilíbrio de forças entre os entes internacionais.
- Sistema Bipolar Flexível, integrando atores internacionais de diferentes tipos, como os pólos (EUA e URSS), os blocos (OTAN e Pacto de Varsóvia), um ator universal (ONU) e os países não alinhados. O ator característico do sistema bipolar é o bloco, compreendido como aliança organizada.
- Modelo Pentagonal, que examina os acontecimentos mundiais pela ótica dos ‘cinco principais centros de poder’, EUA, URSS, China, Europa Comunitária e Japão que são interlocutores importantes no diálogo internacional e que evoluiu aceleradamente, para um sistema multipolar das relações internacionais.
- Sistema Multipolar das Relações Internacionais, caracterizado pela dispersão do Estado e considerável importância econômica e estratégica dos novos blocos.

Analisando o sistema internacional no âmbito das relações internacionais verifica-se que as macroestruturas são marcadas por períodos de guerra mundial, o entre-guerras, a crise financeira de 1929, a Guerra Fria, enfim, todos os problemas vivenciados pelos Estados durante o último século. Essas macroestruturas se sucedem à medida que se alteram as relações de poder, ou seja, de acordo com as alterações no plano internacional com relação ao poderio dos Estados. Assim, o sistema também se caracteriza por uma certa estabilidade, durante o tempo em que esse poder se manteve nas mãos de um certo grupo de países.

“Dentro da análise das macroestruturas, distinguem-se dois tipos: Macroestruturas Homogêneas, que são aceitas por todos os Estados, e Macroestruturas Heterogêneas, que tem sua legitimidade contestada por muitos. Ou seja, a diferença está em que os Estados não aceitam aquele determinado sistema em que vivem, como o período entre-guerras, quando a Alemanha não aceitava as condições impostas quando saiu derrotado da primeira Guerra”. (SARDEMBERG, 1983, p.47)

Dentro dessa divisão, observa-se que os Estados, no âmbito do Sistema Internacional, se distinguem entre Conservadores e Revolucionários e entre Revisionistas e Tradicionais. Os dois primeiros se identificam uns com os outros, enquanto que os outros dois têm preocupações diferentes.

Quanto ao Equilíbrio ou Balança de Poder, referem-se à rejeição da possibilidade de um governo mundial, ou seja, de um Estado ser o ator predominante dentro das Relações Internacionais, e conseqüentemente a existência da pluralidade de atores. Desta forma, como o poder é o elemento predominante dentro do Sistema Internacional, um Estado não pode ser proprietário predominante desse poder, e assim devem haver vários atores que possuam poder de forma a equilibrar as relações internacionais.

Nesse sentido, há dois tipos de balança de poder: a bipolar, em que há apenas dois atores principais, inimigos por oposição ou por ideologia, e a multipolar, em que cada ator principal é um inimigo ou aliado dos demais.

Após longa análise sobre o Balanço de Poder, SARDENBERG explica as relações de poder:

“As relações de Dominação, que se caracterizam pela assimetria entre os Estados, ou seja, a relação entre um Estado mais forte sobre outro mais fraco (o que ocorreu durante a época do colonialismo); as relações de Dissuasão, que se caracteriza pelo reconhecimento de um status igualitário entre os Estados, ou seja, um Estado é incapaz de dominar o outro; e as relações de Hegemonia, em que, apesar de menos intenso do que nas relações de Dominação, acontece a subordinação de um Estado mais fraco frente ao Estado mais poderoso”. (SARDEMBERG, 1983, p. 75 e 76)

Há também os Subsistemas Internacionais, que existem dentro dos Sistemas Internacionais. Eles são marcados por diversos fatores, tais como:

- **Ideologia**, é um fator ligado ao modo de organização do sistema internacional, à ordem interna dos Estados que o integram e aos seus interesses concretos no plano externo, ou seja, a ideologia tem uma grande influência na política internacional. Mas pode-se pensar que com o final da Guerra Fria o debate ideológico tenha perdido sua importância.
- **Desenvolvimento**, pois o nível de desenvolvimento econômico e social de um Estado afeta diretamente sua capacidade de ação internacional. Ou seja, um Estado fraco economicamente terá menor poder de barganha frente a outro Estado com uma economia mais forte.
- **Segurança Externa**, demonstrando como cada Estado pode atuar no plano internacional e as condições de segurança de cada macroestrutura internacional. Nas Relações Internacionais constata-se que dificilmente um Estado estará 100% seguro, ou que o Sistema Internacional não esteja vulnerável a conflitos entre Estados. Dessa forma, é essencial que se mantenham esforços de prevenção a tensões que possam levar a conflitos dentro do Sistema Internacional.

O sistema internacional também pode ser analisado a partir da perspectiva dos três paradigmas da teoria das Relações Internacionais: realista, pluralista e globalista.

A teoria realista considera o Estado como ator principal, unitário e racional, que está procurando maximizar seus interesses ou objetivos nacionais, a partir da ênfase na segurança nacional.

A teoria pluralista, por outro lado, considera atores estatais e não estatais como importantes no sistema internacional. Nessa perspectiva, o Estado e outros atores não estatais não são unitários e racionais e as decisões de Política Externa nem sempre são as melhores, podendo ser satisfatórias. Como conseqüência, a agenda internacional é extensiva, englobando questões econômicas, sociais, políticas e não somente militares.

A teoria globalista, escolhida como foco desse artigo, considera as classes, Estados, sociedades e atores não estatais como parte do sistema capitalista mundial, analisado a partir de uma perspectiva histórica, enfocando padrões de dominação dentro e entre sociedades, sendo os fatores econômicos as questões mais importantes da agenda internacional.

3. Teoria Globalista das Relações Internacionais

Para melhor compreensão da teoria globalista das relações internacionais serão apresentadas as imagens dessa teoria, bem como seus precursores, enfocando posteriormente a Escola da Dependência e o Sistema Capitalista Mundial. Ao final, será apresentado o conceito de mudança do sistema internacional sob o prisma globalista das relações internacionais.

3.1. As Imagens da Teoria Globalista das Relações Internacionais

O Globalismo baseia-se em quatro pressupostos:

1. O ponto inicial da análise das Relações Internacionais é o contexto global no qual os Estados e as outras entidades interagem. Não são observados apenas fatores internos que caracterizam o comportamento dos Estados, mas também e principalmente o cenário internacional, palco das relações entre atores estatais e não estatais.
2. As Relações Internacionais devem ser compreendidas a partir de uma perspectiva histórica. O sistema capitalista, desde sua emergência no século XVI, tem condicionado o comportamento de todos os Estados e sociedades.
3. O estudo da evolução do capitalismo resulta na descoberta de mecanismos de dominação, favorecendo o sistema capitalista em detrimento dos outros. Os globalistas enfatizam o desenvolvimento e manutenção das relações de dependência entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, analisando como a estrutura da economia política internacional foi construída com o intuito de manter os países pobres subdesenvolvidos e dependentes dos Estados mais ricos.
4. Os globalistas ressaltam a importância dos fatores econômicos na explicação da dinâmica do sistema internacional. Enquanto os realistas subordinam questões econômicas às questões militares, e os pluralistas acreditam que as questões sociais e econômicas são igualmente importantes, os globalistas crêem que a "economia é a chave para se entender a criação, evolução e funcionamento do sistema internacional". (VIOTTI, 1998, p.9 e 10)

3.2. Precusores

Dentre os precusores da teoria globalista das relações internacionais podem ser destacados Karl Marx, John A. Hobson e Lenin.

Os trabalhos de Karl Marx (1818 – 1883) influenciaram todos os globalistas direta ou indiretamente. Seus estudos buscavam prioritariamente explicar o processo de evolução da sociedade para o comunismo. Para Marx, a história era caracterizada pela luta de classes gerada pela modernização econômica.

Nesse sentido, Viotti (1998, p. 343) afirma que “o capitalismo influenciou Marx em três perspectivas: 1.sua preocupação com a exploração de muitos por poucos, levando à revolução do proletariado; 2. O capitalismo era compreendido como um processo dialético, com uma série de tensões internas que somente poderiam ser solucionadas através de sua transformação para um modo socialista de produção; 3. Finalmente, Marx insistia que a sociedade deveria ser estudada em sua totalidade. Assim, um analista deveria compreender como as várias partes da sociedade são interrelacionadas”. E essa última perspectiva influenciou na concepção globalista do sistema internacional.

O economista inglês John A. Hobson (1858-1940) influenciou a teoria globalista com suas observações sobre o capitalismo. Hobson notou que as sociedades capitalistas caracterizavam-se por enfrentar três situações interrelacionadas: a superprodução, o baixo consumo por trabalhadores e outras classes e o aumento da poupança por parte dos capitalistas.

Assim, como os donos do capital continuavam a explorar os trabalhadores e a pagar mínimos salários, os lucros e os produtos se acumulavam. Essa situação resultava na definição de imperialismo, ou seja, na solução encontrada pelos capitalistas de escoar seus produtos para os países de Terceiro Mundo, aumentando a sua cadeia de distribuição. Hobson rejeitava a natureza determinística do imperialismo encontrada nos trabalhos marxistas.

Lenin (1870-1924), em sua obra “Imperialismo: o último estágio do capitalismo”, buscou teorizar sobre a necessidade da exploração capitalista dos países menos desenvolvidos e as causas da guerra entre os estados capitalistas avançados.

De acordo com Lenin, o imperialismo era direcionado por forças econômicas, sendo uma realidade inevitável. Nessa perspectiva, o imperialismo representa o resultado direto do monopólio do capital, refletindo na dominação dos interesses das classes capitalistas e no diferencial das taxas de crescimento das economias capitalistas.

3.3. A Escola da Dependência

Quando se pensa em dependência, cogita-se sobre relações pautadas pela desigualdade, em que há atores dominantes e atores dominados, exploradores e explorados. Voltado principalmente

para as relações econômicas internacionais, o dependentismo tem como eixo central a visão de que o sistema internacional padece de desequilíbrios, que geram situações de injustiça em que a condição de pobreza de alguns Estados é consequência da riqueza de outros.

A partir do pólo de produção e de inspiração intelectual da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), economistas e pensadores de outras áreas, interessados também na problemática do desenvolvimento, tentaram analisar o fenômeno do subdesenvolvimento dos países latino-americanos, buscando conciliar, ou mesmo ir além da visão econômica, com interpretações e categorias sociológicas de análise.

Desse esforço acadêmico nasceu nos anos 60 a teoria da dependência. Em “Dependência e desenvolvimento na América Latina” (1969), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto destacaram o conceito de dependência como aquele instrumento teórico que acentua tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento como os processos de dominação de alguns países sobre outros e também de umas classes sobre outras, dentro de um contexto de dependência nacional.

O conceito de dependência demonstrava que a dominação existia de fora para dentro (divisão internacional do trabalho favorável aos países desenvolvidos) e também de dentro para dentro (elites locais da periferia aliadas aos interesses do capitalismo internacional, em detrimento dos interesses verdadeiramente nacionais).

Na explicação dos fenômenos internacionais, o dependentismo não se atém aos papéis específicos que um ou outro ator pode desempenhar no sistema internacional. Isso é compreensível, porque os dependentistas estavam mais preocupados em analisar as estruturas e a partir delas formular suas teses. Para o dependentismo, os Estados são atores importantes do sistema, mas não são os únicos. As organizações internacionais, as empresas multinacionais e os movimentos de libertação nacional são atores que o dependentismo não só reconhece como atribui importância.

O direito internacional pode ser um importante instrumento de defesa na visão dependentista. Na medida em que o sistema internacional ganhe um crescente complexo de normas internacionais de validade e aplicação universais, os países menos favorecidos podem valer-se de tais regras para protestar, denunciar e impedir as ações unilaterais de países desenvolvidos, sejam ações militares, sejam ações de natureza econômica.

Uma outra característica básica do dependentismo é a sua visão pessimista quanto à possibilidade de convivência harmônica entre os atores internacionais. Neste paradigma, prevalece a idéia de que todos os cenários internacionais sempre implicam um jogo de soma zero, onde há sempre um ganhador e um perdedor. De acordo com essa corrente, a cooperação entre os países ricos e pobres não passaria de um instrumento paliativo e de legitimação do “*status quo*”.

3.4. O Sistema Capitalista Mundial

Na base do globalismo está o capitalismo, produto e condição de múltiplos processos sociais, econômicos, políticos e culturais, resultando de um jogo complexo de forças, atuando em diferentes níveis da realidade. Algumas dessas forças emergem com o capitalismo, outras com o colonialismo e o imperialismo compreendendo a formação de monopólios, trustes, cartéis, corporações transnacionais.

O capitalismo se tornou um modo de produção global e está presente em todas as nações e nacionalidades, independente de seus regimes políticos e de suas tradições culturais. Aos poucos, as forças produtivas e as relações de produção organizadas em moldes capitalistas generalizam-se por todo o mundo, inclusive em países socialistas ou de economia centralmente planejada.

A globalização do capitalismo deve ser vista como um vasto e complexo processo, que se concretiza em diferentes níveis e múltiplas situações. Envolve os diferentes setores produtivos, as diversas forças produtivas e as relações de produção. Compreende colonialismo e imperialismo, interdependência e dependências, nova divisão transnacional do trabalho e da produção e mercados mundiais, multilateralismos e transnacionalismos, alianças estratégicas e redes de telecomunicações.

É no âmbito do capitalismo global que se desenvolvem vários subsistemas econômicos regionais. São novas realidades, exigindo a reestruturação dos subsistemas econômicos nacionais

em conformidade com as capacidades destes, com as possibilidades da regionalização e com as potencialidades da globalização.

O globalismo está desatado pelo mundo afora. O jogo das forças sociais, as controvérsias políticas, as opções econômicas e os movimentos da história estão lançados em âmbito global. Está em curso a globalização do capitalismo. As forças produtivas, como: capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social, mercado, planejamento e a violência monopolizada pelo estado estão presentes, ativas e agressivas; são forças cujas capacidades se intensificam e generalizam em grande escala, agilizadas pelas técnicas eletrônicas.

3.5. A Mudança

Para os Globalistas, a mudança do sistema internacional é dividida em três categorias:

- há mudanças na posição dos atores dentro da economia capitalista. Ou seja, há uma constante mudança entre os Estados capitalistas que passam a ocupar várias posições na hierarquia em termos de produção, lucros e consumo (os países se revezam na liderança de quem é mais rico que o outro). Entretanto, a natureza do sistema permanece a mesma (o centro continua a dominar a periferia).
- há fases ou círculos de crescimento e contração do capitalismo que afetam todas as sociedades. Um período de relativa estabilidade social e estagnação econômica precedem um período de rápido crescimento econômico. E assim por diante.
- há possibilidade de uma transformação estrutural do sistema, referente à expansão histórica e geográfica do capitalismo, incorporando novas áreas do mundo e setores ainda não integrados da economia mundial.

4. Aplicação Prática da Abordagem Sistêmica da Teoria Globalista das Relações Internacionais. 3M, empresa transnacional em país em desenvolvimento (Brasil) e país desenvolvido (França)

4.6.1 Histórico

A 3M Company¹ foi criada em 1902, no estado de Minnesota, região dos Grandes Lagos, nos Estados Unidos. Com 100 anos de fundação, é hoje uma companhia de tecnologia diversificada com vendas anuais de 16 bilhões de dólares, atendendo clientes em quase 200 países.

A empresa gera mais de 71.000 empregos diretos. Oferece cerca de 50 mil itens, desenvolvidos a partir de 38 plataformas tecnológicas. Seus produtos são utilizados em 40 segmentos de mercado.

A empresa, em âmbito mundial, é constituída por seis grandes grupos de negócios: Consumo e Escritório; Produtos Elétricos e Comunicações; Cuidados com a Saúde; Mercados Industriais; Materiais e Especialidades; Transportes, Imagens Gráficas e Segurança.

No mundo, são cerca de 7 mil cientistas realizando pesquisas, pois a 3M investe aproximadamente 6,5% das vendas anuais e globais em pesquisa e desenvolvimento e possui 38 plataformas tecnológicas que juntas produzem mais de 100 tecnologias básicas.

A filosofia mundial da empresa, há mais de 20 anos, é voltada ao exercício da responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento de uma qualidade de vida melhor nas comunidades onde atua, com a prática de ações de boa cidadania e respeito ao meio ambiente físico e social.

▪ Cenário Brasileiro (país em desenvolvimento)

No Brasil, a 3M se instalou em 9 de abril de 1946, em uma pequena fábrica, em Campinas, sob a razão Durex, Lixas e Fitas Adesivas Ltda. e logo obteve seu primeiro marco, pois a fita adesiva lançada em 1946 fez tanto sucesso que a Durex deixou de ser uma marca para tornar-se um substantivo comum usado até hoje.

A empresa foi crescendo e adotou definitivamente razão social: 3M do Brasil. Hoje possui hoje cerca de 147 mil metros quadrados de parque fabril nas unidades de Sumaré, Ribeirão Preto e Itapetininga, todas cidades do estado de São Paulo, com cerca de 2.400 funcionários responsáveis pela fabricação e comercialização de mil produtos básicos, dos quais derivam 25 mil itens.

¹ Todas as informações sobre a empresa são públicas e foram retiradas do site <www.3m.com>.

A 3M do Brasil opera com uma estrutura formada por cerca de 20 unidades de negócios. Com esta variedade de produtos, alguns têm vida curta, mas com grande destaque; outros conseguem se manter no mercado por décadas. Um exemplo disso foi o grande sucesso de vendas alcançado pelas lixas d'água. Colocadas à venda no final dos anos 50, elas revolucionaram o mercado de pintura e acabamento de metais, assim como as esponjas Scotch-Brite, que comemoraram 40 anos em 2001. Produtos líderes absolutos em seus respectivos segmentos de mercado.

No Brasil, a 3M tem uma atuação na comunidade ativa, sendo 650 voluntários ativos, distribuídos nas três unidades fabris. Em 2001, ano internacional do voluntariado, o reconhecimento à boa ação dos funcionários da empresa foi expresso através da Menção Honrosa do Prêmio ECO, conferido pela Câmara Americana do Comércio à 3M pelo quarto ano consecutivo.

Os valores da 3M no Brasil são:

- Dar ao investidor um retorno atraente através o crescimento da qualidade
- Uma empresa onde seus funcionários tenham orgulho de trabalhar
- Satisfazer os clientes com valor e qualidade superiores
- Respeitar o ambiente físico e pessoal

▪ **Cenário Francês (país desenvolvido)**

Na França, a 3M emprega mais de 3.300 funcionários em nove fábricas, situadas em: Cergy, Beauchamp, Tilloy-lez-Cambrai, Saint-Quen-l'Aumone, Pithiviers, Villebon.

A empresa persegue o desenvolvimento de novas capacitações tecnológicas e uma política de crescimento externo muito dinâmica. Está aberta a mudanças e a adaptações contínuas proporcionando um posicionamento em mercados de forte crescimento. Os quatro mercados prioritários da empresa são : telecomunicações, eletrônica, ótica e saúde.

A 3M é uma empresa que tem preocupação com o ambiente social e físico, executando essa responsabilidade através de:

- Prevenção de poluição em qualquer fonte possível,
- Desenvolver produtos com o mínimo de impacto ambiental,
- Assegurar que as facilidades, produtos e operações da empresa estão conforme as regulamentações ambientais dos governo local, estadual e federal (ISO 14001),
- Estabelecer e rever objetivos e metas ambientais que estão apropriadas com as atividades, produtos e serviços,
- Melhoramento contínuo da administração ambiental e com a prevenção da poluição
- Comunicação aos funcionários, contratados, vendedores, fornecedores e público em geral sobre o comprometimento com a responsabilidade da administração ambiental.
- Foco no ambiente, na bio-diversidade e mudanças de clima

4.6.1 Análise

As empresas transnacionais, atualmente, se estabelecem nos países hospedeiros por meio de contratos de *joint ventures*. Strenger (1998, p. 399) define a *joint venture* como a fórmula contratual que consiste na instauração de uma relação de colaboração ocasional sem determinação obrigatória de um esquema societário.

As *joint ventures* surgiram no contexto de crescimento industrial dos Estados Unidos no final do século XIX. Nesse sentido, configuram-se em uma parceria de empresas tendo como objetivo a criação de uma terceira empresa.

Baptista (1990, p. 194) aponta como motivações para o estabelecimento de *joint ventures*:

- a) Imagem - desejo de manter a presença de um produto ou marca no mercado global.
- b) Transferência Tecnológica - a aquisição de know how e a exploração de novos processos são importantes fatores de motivação para a formação de *joint ventures*. As exigências de qualidade do produto por parte dos compradores estrangeiros, a formação crescente de consciência por parte do consumidor nacional, bem como a produção industrial na atual revolução cibernética e o desconhecimento dos canais de produção são desafios para as empresas dos países em desenvolvimento.

- c) Penetração em Novos Mercados - as joint ventures permitem às empresas produtoras-exportadoras conquistarem novos mercados.
- d) Pressão do País Anfitrião - com frequência, os países receptores de capital estrangeiro, de economia aberta, exigem que as empresas transnacionais se associem às empresas nacionais, com o objetivo de desenvolver tecnologias, manter sua estrutura industrial, especializar os profissionais locais e reduzir a fuga de divisas.
- e) Facilidades Fiscais e Tributárias - são oferecidas grandes facilidades nos chamados paraísos fiscais.
- f) Controle de Recursos e de Matérias Primas - buscando posição privilegiada na concorrência e ter acesso à fontes de matérias primas, muitas empresas estrangeiras buscam associar-se às nacionais.
- g) Compartilhar Riscos e obter acesso a recursos financeiros.
- h) Facilidade no Uso da Mão de Obra - a disponibilidade de mão de obra qualificada, de profissionais competentes e um nível de educação básico eficiente são fatores atrativos para que muitas empresas celebrem contratos de *joint ventures*.

Pode-se, assim, distinguir, de acordo com os ensinamentos de Strenger (1998, p. 400), as motivações que acompanham as estipulações dos contratos *joint ventures* e a constituição das *joint ventures corporations* em países de economia avançada e países em vias de desenvolvimento. No caso de investimentos em países de economia avançada, a *joint venture* constitui instrumento de concentração pela coordenação interna de largo espectro de possibilidades de intervenção, aberta aos investidores. A situação é, todavia, completamente outra nos países em desenvolvimento, nos quais, em grande parte, as *joint ventures* representam instrumento de cooperação industrial para realizar finalidades econômicas de crescente importância e também uma forma de regulamentação dos investidores estrangeiros com o escopo de favorecer a participação local na sua gestão e assim garantir constante presença no plano do desenvolvimento nacional.

A análise da empresa mencionada, através da teoria globalista das Relações Internacionais, enfoca claramente a diferença de propósitos de uma empresa transnacional em um país desenvolvido e em um país em desenvolvimento. Nessa perspectiva, a empresa possui objetivos mais gerais de cooperação com o país desenvolvido (França) e finalidades de “assistência” ao país em desenvolvimento (Brasil), uma vez que os problemas sociais são muito mais prementes no Brasil. De acordo com os teóricos da dependência, os países “subdesenvolvidos” devem buscar romper esse paradigma, através de uma nova inserção na economia mundial.

Para os globalistas, o sistema internacional deve ser analisado através de uma perspectiva histórica do capitalismo que revela relações intrínsecas de dominação. Assim, as empresas transnacionais, apesar de sua importância na economia dos países em desenvolvimento, atuam com o objetivo de perpetuar as diferenças entre centro e periferia.

Nesse contexto, a partir dos elementos da abordagem do sistema internacional sob a ótica globalista, verificam-se como objetos os atores estatais e, especialmente, os não estatais de caráter econômico. Os objetos específicos do estudo de caso são as empresas transnacionais, resultado do “imperialismo” dos países do norte, de acordo com Hobson.

O poder econômico das empresas constitui-se no principal atributo do sistema, analisado através do fluxo comercial internacional. Como inputs, observa-se a formação cada vez mais frequente de *joint ventures* no cenário internacional e como outputs existe a interdependência nas parcerias entre empresas dos países desenvolvidos e a dependência nas relações entre empresas de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Conforme analisado anteriormente, para os globalistas, as motivações da empresa nos dois países são diferentes. Na França, a parceria objetiva à cooperação e formação de alianças, ao passo que no Brasil existe o sentido de “ajuda”, que implica em uma relação unilateral de ganhos.

O processo caracteriza-se pelo comércio internacional. Nesse sentido, a criação da Organização Mundial do Comércio em 1994, através do Tratado de Marrakesh, constitui-se em um importante marco para a regulação das relações comerciais e instauração de um arcabouço regulador mínimo para a liberalização do comércio internacional.

Dessa forma, a análise do sistema internacional, sob a ótica globalista da Teoria Geral dos Sistemas, constitui-se na análise do capitalismo e do papel dos países do centro e periferia nesse contexto.

Considerações Finais

Apesar de a expressão sistema internacional ser comumente utilizada nas relações internacionais, o sentido e dimensão desse conceito variam muito de acordo com a abordagem teórica.

Segundo os *Globalistas*, o sistema internacional é visto em termos do sistema capitalista mundial, caracterizado pela dominação econômica. Nesse contexto, as áreas centrais têm realizado ao longo da história as atividades principais: banco, manufatura, agricultura avançada tecnologicamente, a periferia tem fornecido matéria-prima, tais como minerais e petróleo que alimentam a expansão da economia do centro e a semiperiferia está envolvida numa mistura de atividades produtivas, algumas associadas com as áreas centrais e outras com as áreas periféricas, funcionando como opção de investimento.

A anarquia também é um fator importante para o pensamento globalista. A falta de uma autoridade política central torna impossível reger o sistema internacional e alterar o modo de produção capitalista. A anarquia política do sistema internacional facilita o desenvolvimento e a expansão do capitalismo, pois nenhum ator central pode controlar toda a economia mundial. O resultado é uma divisão econômica do trabalho, envolvendo centro, periferia e semi-periferia.

A teoria globalista das relações internacionais busca, portanto, através da identificação dos objetos e de suas inter-relações melhor compreender o ambiente internacional.

Todavia, o sistema internacional pode ser caracterizado como de nível 9- transcendental, contido em si mesmo, o que dificulta a utilização dos elementos da abordagem sistêmica em sua análise.

A complexidade e variedade do ambiente internacional constituem-se em grandes desafios para a análise internacional. Nessa perspectiva, o presente trabalho buscou utilizar os conceitos da teoria dos sistemas sob a ótica da teoria globalista, aplicando o caso prático da atuação de uma empresa transnacional, a 3M, em um país desenvolvido (França) e em um país em vias de desenvolvimento (Brasil).

A análise demonstrou que a utilização dos conceitos de objeto, atributo, *inputs* e *outputs*, ambiente, motivações e processo auxiliam na compreensão do sistema internacional. Nessa perspectiva, as teorias das relações internacionais poderiam deter-se mais especificamente nestes elementos para definir e explicar as inter-relações no âmbito internacional.

Referências Bibliográficas

ARREGUI, Pedro Antonio Navarte. *El Modelo del Sistema Viable - MSV : Experiencias de su aplicación en Chile*. Universidade de Santiago no Chile, 2001.

BAPTISTA, Luís Olavo. *Aspectos Jurídicos del Comercio Internacional*. Livraria do Advogado, 1990.

BASTOS, Celso Ribeiro. O poder. In: *Curso de teoria do Estado e ciência política*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 280 p.

BBC. BRASIL. A Crise no Iraque.<www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/020910_criseemp.shtml>. Acesso em 09.dez.2002

CERVO, Amado Luiz. *O Desafio Internacional*. Brasília: Editora UnB, 1994.

DOWNS, Robert B. Defensor do autoritarismo: "Leviatã, ou a matéria, a forma e o poder de uma comunidade eclesiástica e civil" (Leviathan, or the matter, forme & power os a commonwealth exxlesiastical and civil) de Thomas Hobbes. IN: *Fundamentos do pensamento moderno* (Famous books since, 1942). Trad. de Hilda Pareto Soares Maciel e Maria Celina Deiro Hahn. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1969. 291 p.

ESPEJO, Raul; SCHUHMANN, Werner; SCHWANINGER, Markus; BILELLO, Ubaldo. *Organizational Transformation and Learning - A Cybernetic Approach to Management*. Chichester: John Wiley & Sons, 1996.

3M. <www.3m.com/intl.br/_21>. Acesso em 10 dez.2002.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações Internacionais (dois séculos de história)*. Volume I. Brasília: IBRI, 2001.

SARDEMBERG, Ronaldo Mota. *O meio internacional*. In: Curso de Introdução às Relações Internacionais. Brasília: Editora UnB, 1983.

SELLTIZ, et alli. *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo: Herder, 1967.

SCHODERBEK, Peter P., SCHODERBEK, Charles G., KEFALAS, Asterios, G. *Management Systems - Conceptual Considerations*. EUA: Irwin, 1990

STRENGER, Irineu. *Contratos Internacionais do Comércio*. São Paulo: LTR, 1998.

VIOTTI, Paul R. et. al. Theory, images, and international relations: an introduction. In: *International relations theory: realism, pluralism, globalism, and beyond*. Boston: Allyn and Bacon, 1999. 509 p.